

VIDA E MEIO AMBIENTE COMO CONCEITOS POLÍTICO- METAFÍSICOS

LIFE AND THE ENVIRONMENT AS POLITICAL-METAPHYSICAL CONCEPTS

Autor (Rodrygo Rocha Macedo)¹

Área Temática 05: Meio ambiente, Mudanças Climáticas e Sustentabilidade
Modalidade: Resumo expandido /Apresentação: oral (slides)

1. Introdução

A preservação dos recursos naturais, ao considerar o manejo de elementos originados na flora ou na fauna em vista de otimizar a restauração da estrutura natural local, habilitando um determinado ecossistema a perdurar, é objetivo do estudo do Meio Ambiente. A educação ambiental tem sido pródiga, seja na dimensão escolar, seja na midiática, em envidar esforços para que grupos de estudantes, espectadores ou leitores assimilem o significado de termos como “natureza”, “extinção”, “degradação”, “preservação”, entre outros. Tais termos, todavia, não surgiram de modo espontâneo quando o debate da ciência ecológica começou a tomar força durante as décadas de 1960 e 1970. Os conceitos apresentados pela ciência do ambiente já vinham sendo mobilizados há quase três séculos nas discussões filosóficas, caso seja considerada, como ponto de partida, a menção ao verbete “natureza” da *Enciclopédia, ou Dicionário razoado das ciências, das artes e dos ofícios* (1751), de Diderot e d’Alembert. As teorias sobre a Terra (Geologia e Mineralogia), a “História natural”, cujo objeto abrangeria “todos os seres que vivem em terra firme, que se projetam nos ares ou que habitam as profundezas das águas”², bem como a Botânica, a Zoologia e a “Anatomia das plantas”, dentre outras, expressavam as primeiras discussões sobre como as formas de vida poderiam ser abordadas como objeto de observação pelo método científico já consolidado no debate filosófico. Tome-se o exemplo da “ecologia”, neologismo cunhado em 1866 por Ernst Haeckel, discípulo de Charles Darwin, que ampliou o escopo da biologia e das “relações vitais externas

¹Professor de Filosofia do Instituto Federal do Pará - Campus Breves. Coordenador do Projeto *Filosofia da natureza e as origens do debate ambiental* (Edital 09/2024-IFPA/FAPESPA). E-mail: rodrygo.macedo@ifpa.edu.br

² Diderot, *Encyclopédie*, vol. VIII, p. 226 (versão brasileira: *Enciclopédia*, vol. III, p. 218).

dos organismos” para uma “economia da natureza” estabelecida pelas “condições de luta pela existência” (cf. ACOT, 1990, pp. 27-28).

Durante período considerável do século XVIII e início do século XIX, o estudo do ambiente se deu em uma discussão metafísica cujo objetivo era tornar preciso, no âmbito da ciência natural, os conceitos de vida, escassez, gênero e organismo. Tais termos, definições e vinculações temáticas compunham a chamada “Filosofia da natureza”. Esta abordagem permite duas afirmações:

- a) o debate em torno das ciências naturais possuía viés abstrato, lógico e especulativo. Em seus primeiros esboços, a discussão sobre as ciências vitais foi encaminhado à compreensão dos fundamentos quanto à força vital, aos processos físico-químicos inerentes aos organismos de todos os seres, aos critérios elegíveis que compõem o conceito de espécie ou à elucidação de regras gerais que conectam todos os reinos animais e vegetais ao eixo da vida;
- b) a discussão sobre as ciências naturais era ampliada a outros campos da filosofia, como a economia e a política. É prudente, sobre este tema, evocar a importância do Primeiro ensaio sobre a população (1798) de Robert Malthus, obra de economia que, abordando aspectos demográficos, de reprodução e de atuação de indivíduos em um determinado contexto espaço-temporal, influenciou Charles Darwin (1809-1882) a elaborar sua importante teoria da seleção natural³. Portanto, os conceitos político-econômicos de “subsistência” e “redução de males” foram introduzidos definitivamente nas ciências biológicas em seus primeiros esboços históricos.

Diante do questionamento exposto, a presente apresentação propõe identificar os fundamentos metafísicos e políticos que sustentam os temas da ecologia e das causas ambientais quanto ao debate que vincula os conceitos de vida, natureza, preservação e subsistência.

2. Metodologia

³ A descrição mais enriquecida sobre as datas das leituras que Darwin empreendeu à obra de Malthus se encontra no artigo de Scott Gordon intitulado “Darwin and Political Economy: The Connection Reconsidered”, publicado no *Journal of the History of Biology* em 1989.

A pesquisa é teórica e resulta dos temas discutidos no Projeto *Filosofia da natureza e as origens do debate ambiental*, conduzido no IFPA Campus Breves. A pesquisa contempla a leitura de pensadores e intérpretes da Filosofia que se ocuparam de temas relativos às ciências naturais, conforme a bibliografia sugerida. O enfoque da pesquisa é circunscrito ao debate estabelecido desde o séc. XVIII a respeito da relação entre natureza, biologia, história natural, metafísica, ecologia e preservação das diversas formas de vida. O debate da ciência e da preservação ambiental considera os passos iniciais que as ciências da natureza efetuaram há quase 300 anos no campo da filosofia, da política e da economia, a partir da abordagem de textos importantes de Buffon, Immanuel Kant, Jean-Baptiste de Lamarck, Alexander von Humboldt, Hegel, Geoffroy de Saint-Hilaire, Charles Darwin, Henry David Thoreau, entre outros.

3. Resultados/Discussões

O pressuposto da existência de uma razão subjacente ao mundo natural que precisa ser conhecida é corroborado por G. W. F Hegel (1770-1831) na *Enciclopédia das ciências filosóficas* (1830)⁴. Do ponto de vista conceitual, a "natureza" é compreendida como toda a dimensão externa ao ser humano, um "ser-outro" dotado de vida e disposto em dimensões que, em movimento contínuo, transitam do inorgânico ao orgânico (ENZ, §§ 247, 252; ENC-II, pp. 26-39). Hegel assume na noção de "organismo" a incidência do próprio corpo terrestre geológico (ENZ, § 338, ENC-II, p. 357). No reino vegetal, a planta congrega em si uma "vitalidade subjetiva imediata" (ENZ, § 343; ENC-II, p. 389) assim como na natureza animal havia uma "universalidade subjetiva" (ENZ, § 350; ENC-II, p. 449). Com uma postura de vanguarda, Hegel admitia uma "subjetividade" orgânica em toda a natureza. Ao admitir que a natureza tem uma constituição subjetiva, ela pode decidir, exigindo-se que ela seja tratada no campo da política.

A noção de vida, na Filosofia moderna, passa a ser vinculada de modo incontornável à natureza. A "vida" passa a ser mais um dos efeitos de processos obscuros da manutenção do

⁴ As abreviaturas da obra de Hegel seguem a seguinte ordem, acompanhadas do número do volume, do parágrafo e da paginação: *Enzyklopädie der philosophischen Wissenschaften im Grundrisse* (vols. 1-3). In: *Werke in 20 Bänden, Bd. 8-10* (ENZ); *Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Compêndio* (ENC-I-II-III).

organismo. Uma vez que a vida é elemento constituinte da natureza, ela precisa ser controlada como item político, bem como elemento de cálculo. Tal argumento é evidenciado por Michel Foucault na obra *Segurança, território, população* (1977) quando, ainda no séc. XVII, os governos das cidades europeias tentavam mensurar até que ponto valia à pena expor a população ao risco, considerando-se os eventos naturais do território, do clima e da doença. O argumento de Foucault evoca o de Robert Malthus, em *Ensaio sobre a população* (1803), que sugere o controle do crescimento da população de modo a conter a catástrofe da fome. A noção de “vida” se torna uma variável econômica que será absorvida pelas ciências naturais. Charles Darwin adotará aplicará a tese de Malthus de que a fome se encontra no horizonte como ameaça da humanidade, ampliando esse risco para outras espécies de seres vivos, confirmando uma “luta por sobrevivência” que se dá na natureza. É possível visualizar que o conceito “natureza” é uma construção política. Evocando Bruno Latour, “natureza” é um conceito inexistente no mundo natural, mas é política, pois a natureza é um conceito produzido historicamente. Logo, o conceito de natureza é muito mais humanizado. A ideia de natureza não é unificada. É necessária uma perspectiva não histórica da natureza

4. Considerações Finais ou Conclusão

A discussão sobre a ciência da natureza se vincula originalmente à política e à economia quando se admitem como centrais os conceitos de preservação, subsistência, seleção e adaptação. De igual modo, temas vinculados ao meio ambiente integram a agenda de negociações entre nações, constituindo seção importante das relações internacionais contemporâneas. Não obstante, a proeminência conferida às questões ambientais nas mesas de negociação dos aparelhos estatais nem sempre salienta a origem política das ciências da natureza na Modernidade. O êxito dos debates sobre o ambiente é potencializado quando se admitem as bases do movimento histórico de aperfeiçoamento das questões na teoria política e econômica, como as pesquisas em filosofia e ciências sociais tratam de evidenciar.

5. Agradecimentos (opcional)

Agradeço Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA) pelo apoio financeiro que permitiu o desenvolvimento do projeto de pesquisa mediante a concessão

de bolsa para uma estudante do Curso de Gestão Ambiental do IFPA Campus Breves, permitindo a essa estudante a experiência da pesquisa. O apoio da FAPESPA, em parceria com a PROPPG do IFPA com esta bolsa de pesquisa é essencial para o desenvolvimento das atividades científicas da estudante em questão.

6. Referências Bibliográficas

DARWIN, Charles. *A origem das espécies por meio de seleção natural*. São Paulo: Ubu Editora, 2018.

DIDEROT, Denis. *Enciclopédia, ou Dicionário razoado das ciências, das artes e dos ofícios. Volume 3: Ciências da natureza*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população: Curso no Collège de France*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2008.

HEGEL, G. W. F. *Enciclopédia das Ciências Filosóficas — em Compêndio (1830)*. 3 vol. São Paulo: Loyola, 1995.

LATOUR, Bruno. *Políticas da natureza: como associar as ciências à democracia*. São Paulo: Ed. UNESP, 2019.

MALTHUS, Thomas Robert. *Ensaio sobre a população*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

PIMENTA, Pedro Paulo. *A trama da natureza: organismo e finalidade na época da Ilustração*. São Paulo: Ed. Unesp, 2018.